



Número 109
Abril de 2012

Spread e juros bancários

Spread e juros bancários

Introdução

O desempenho da economia brasileira nos últimos anos e, principalmente, a perspectiva de crescimento por meio do investimento público e privado e do consumo das famílias, além do reaquecimento do mercado de trabalho, abrem espaço para a discussão em torno da expansão do crédito como forma de continuar alavancando o crescimento para os próximos anos. Nesse sentido, o custo do dinheiro assume importância na tomada de decisão das empresas na expansão do investimento produtivo e em infraestrutura, assim como das famílias nos gastos de consumo.

Entretanto, as taxas de juros bancárias no Brasil são extremamente elevadas, bem como o *spread*. Isso é facilmente verificado quando a comparação é feita com padrões internacionais.

Esta Nota Técnica tem como objetivo levantar, debater e justificar a necessidade de reduzir o *spread* bancário, o que contribuiria para diminuir as taxas de juros praticadas no Brasil.

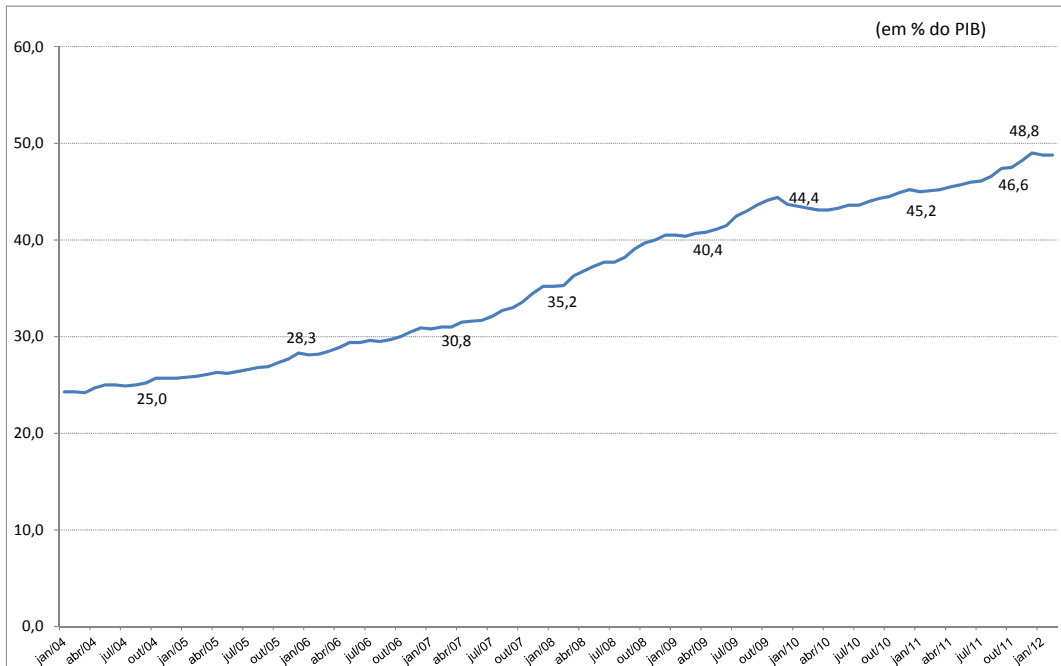
A importância da redução do *spread* na economia brasileira

O crescimento econômico experimentado pela economia brasileira nos últimos anos tem sido sustentado graças ao mercado interno, com o aumento da massa salarial e do consumo das famílias, por intermédio do mercado de trabalho e da expansão das operações de crédito bancário, respectivamente.

Segundo as informações do Banco Central do Brasil (BCB), a relação crédito/PIB¹ manteve uma trajetória de expansão mesmo após os impactos da crise financeira mundial de 2008/2009 - Gráfico 1. Em janeiro de 2012, o volume de crédito no Brasil alcançou o patamar de 48,8% em relação ao PIB, dobrando a participação em relação ao que representava em janeiro de 2004. O aumento do crédito no país acompanhou a evolução da demanda interna, impulsionada, especialmente, pelo dinamismo do mercado de trabalho. Nesse contexto, além da expansão dos empréstimos com recursos livres, as carteiras de crédito com recursos direcionados, operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e os créditos habitacionais foram incentivados pelas iniciativas de investimento do governo federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o “Minha Casa, Minha Vida”.

¹ Produto Interno Bruto (PIB) representa o volume, medido em moeda, de toda a riqueza produzida pela economia do país em um período, no geral, de um ano.

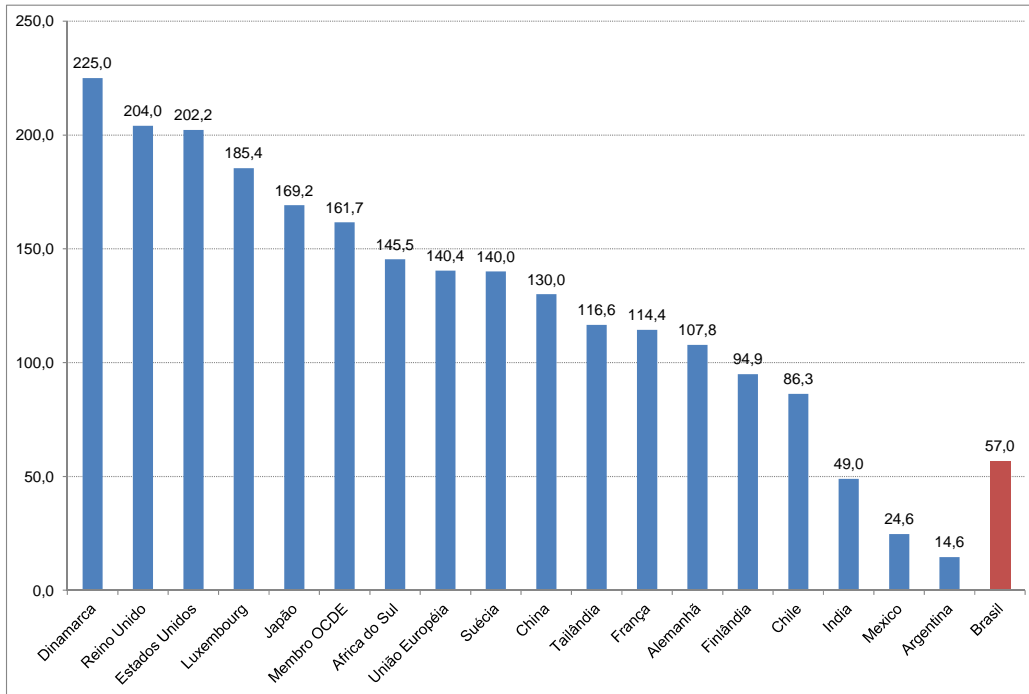
GRÁFICO 1
Evolução do Volume de Crédito em relação ao PIB
Brasil – janeiro de 2004 a janeiro de 2012



Fonte: Banco Central do Brasil
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Por outro lado, apesar do crescimento do crédito em relação ao PIB, os dados do Banco Mundial (Gráfico 2) revelam que a situação do Brasil ainda está muito distante da realidade de outros países. Pela metodologia, que contempla alguns ativos financeiros não considerados nos cálculos do BCB, em 2010, o volume de crédito ao setor privado no país alcançou 57% do PIB, percentual aquém do apresentado pelos países desenvolvidos (como, por exemplo, Dinamarca e Japão, com relação crédito/PIB de 225% e 169,2% respectivamente) e pelos emergentes (África do Sul e China, 145,5% e 130,0%, respectivamente), apesar de se situar acima de países como Índia (49,0%), México (24,6%) e Argentina (14,6%).

GRÁFICO 2
Relação crédito/PIB (%)
Brasil e países selecionados – 2010



Fonte: Banco Mundial

Obs.: Os dados divulgados pelo Banco Mundial contemplam categorias de ativos do setor financeiro que não são considerados como crédito ao setor privado pelo Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Assim, um dos desafios para preservar a trajetória de crescimento da economia brasileira, com base no mercado interno, passa pela ampliação da oferta de crédito para volume e padrões internacionais. Entretanto, são evidentes as fortes barreiras para se alcançar estes patamares. Juros altos e *spreads* abusivos, sem qualquer correspondência com a taxa de juros básica (Selic) e o custo de captação, tanto no mercado interbancário quanto externo, impedem maior expansão do crédito.

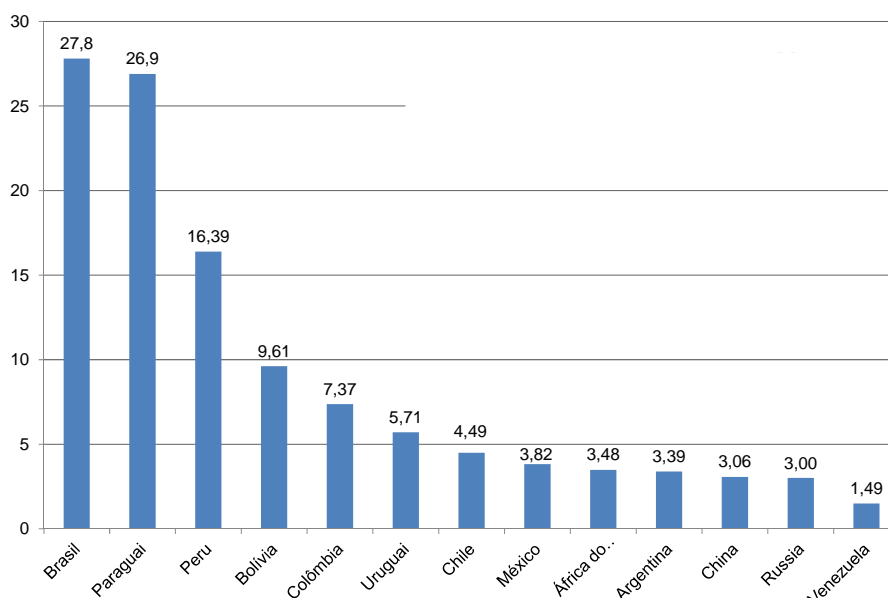
É possível constatar essa realidade por meio da comparação do nível médio do *spread* bancário da economia brasileira com alguns países selecionados. Em linhas gerais, o *spread* bancário consiste na diferença entre o custo de aplicação e de captação dos bancos.

A comparação revela que há um descolamento entre os percentuais de *spreads* praticados no Brasil em relação às economias com condições similares àquelas aqui observadas.

Segundo dados do BCB, em janeiro de 2012 enquanto a taxa média paga para aplicações financeiras no Brasil estava em 38,0% ao ano, a taxa média de captação era de 10,2% ao ano, resultando em um *spread* de cerca de 27,8 pontos percentuais ao ano, distante da realidade dos *spreads* bancários praticados em algumas economias latino-americanas como: a Argentina, 3,39 p.p ao ano; Chile, 4,49 p.p a.a.; México, 3,82 p.p ao ano; Colômbia, 7,37 p.p a.a.; Bolívia, 9,61 p.p a.a., de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) - Gráfico 3.

GRÁFICO 3
Spreads no Brasil e em países selecionados - 2012¹

Em pontos percentuais



Fonte: BCB e FMI (International Financial Statistics)

Nota: Os *spreads* foram calculados a partir da diferença entre *lending rate* e *deposit rate*. Para Uruguai, Paraguai e China os dados referem-se ao ano de 2011. Para o *spread* brasileiro utilizou-se o dado do Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Conforme observado no Gráfico 3, quando comparado aos patamares de outros países emergentes, o *spread* brasileiro mostra-se bastante elevado. Ainda de acordo com dados do FMI, a China, por exemplo, apresentou *spread* de 3,06 p.p a.a., em dezembro de 2011; a Rússia e a África do Sul apresentam, em 2012, respectivamente, *spreads* de 3,0 p.p a.a. e 3,48 p.p a.a., níveis bastante inferiores aos praticados no Brasil.

Apesar de o Brasil estar muito abaixo do volume de crédito do setor privado em relação ao PIB dos países desenvolvidos, o *spread* brasileiro, comparado ao de países da América Latina

e aos Brics (sigla para Brasil, Rússia, Índia e China), está em nível muito mais elevado. Reduzir o *spread* significa trazê-lo aos padrões praticados em nível internacional e, por consequência, ampliar o espaço para a elevação do crédito voltado ao consumo e investimento, com prática de juros menores do que os atuais.

O elevado patamar do *spread* bancário no Brasil

A taxa de juros bancária é variável de suma importância para diversos segmentos da sociedade, visto que o custo do dinheiro afeta de forma distinta a vida de empresários e trabalhadores, determina decisões de investimento (público e privado) e consumo, onera o orçamento público, contribuindo, enfim, para constituir a dinâmica econômica do país. Assim é fundamental compreender os motivos pelos quais o *spread* no Brasil, como demonstram as taxas de juros bancárias, se encontra em patamar tão elevado onerando de forma expressiva os custos do capital de giro e da produção das empresas, bem como o orçamento das famílias que necessitam recorrer ao crédito.

Uma primeira explicação para o elevado *spread* brasileiro parece ser o próprio nível da taxa de juros básica da economia brasileira (a Selic). Mesmo com a tendência de queda observada na meta da Selic desde agosto de 2011, quando passou de 12,50% a.a. para 12,00 % a.a., até atingir o atual patamar de 9,0% a.a., a taxa de juros real brasileira ainda é uma das mais elevadas do mundo.

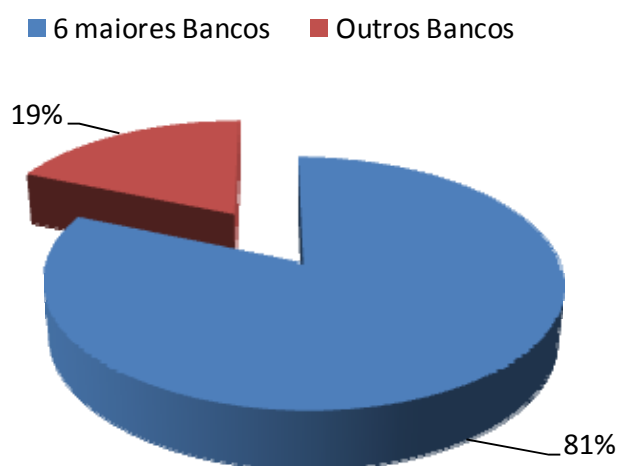
A manutenção da taxa Selic em patamar elevado acaba determinando um nível mínimo de valorização para todas as demais aplicações de recursos na economia. “(...) o patamar *sui generis* do *spread* bancário no Brasil está associado à existência de uma alternativa de aplicação especialmente atrativa que combina alta rentabilidade e baixíssimo risco: os títulos públicos indexados a taxa de juros básica”².

Vale lembrar que os bancos brasileiros permaneceram durante muito tempo fechados à competição externa e estavam voltados ao financiamento dos elevados déficits do governo. Os longos períodos de inflação alta e de crise levaram o Banco Central a dirigir ações para evitar que os problemas se agravassem, deixando para segundo plano a questão do custo do crédito no setor bancário. Hoje, curiosamente, além de serem os maiores detentores de títulos públicos federais, as instituições financeiras encontram-se numa situação de repensar a estratégia no sentido de focar o aumento do volume de crédito a um custo mais baixo, em razão da tendência de queda da Selic para os próximos anos.

² PRATES, 2010, p.133

Outro fator que contribui de forma determinante para o alto custo do dinheiro no Brasil é a própria estrutura do mercado bancário nacional, que tem uma configuração oligopolista, com poucos bancos controlando praticamente todo o mercado e, portanto, com grande capacidade de determinação dos juros cobrados nas operações de crédito e do valor das tarifas bancárias. Para dar uma noção da estrutura de mercado, apenas os seis maiores bancos atuantes no Brasil (Banco do Brasil, Itaú-Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander e HSBC) concentram mais de 80% dos ativos totais e das operações de crédito do sistema bancário brasileiro (Gráficos 4 e 5³).

GRÁFICO 4
Concentração do Sistema Bancário Brasileiro em Ativos Totais
Brasil - Dezembro de 2011

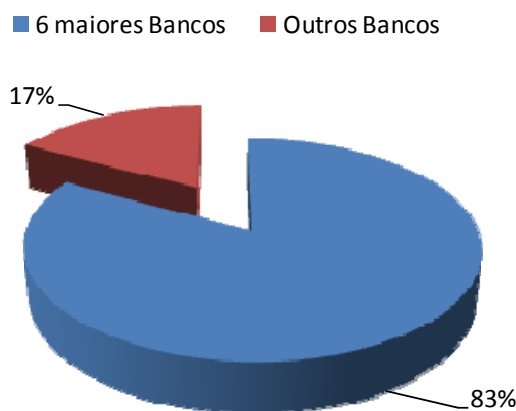


Fonte: Banco Central do Brasil
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Diante desse cenário, uma alternativa que possibilitaria a quebra relativa da lógica oligopolista que vigora no mercado bancário brasileiro seria a atuação mais incisiva dos bancos públicos, principalmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, como ocorreu no início de abril, quando estas instituições reduziram os juros cobrados das pessoas físicas e jurídicas. Esta prática, como visto até este momento, pressionou os bancos privados, ameaçados de perderem participação de mercado, a também reduzirem as taxas de juros e os *spreads* bancários.

³ Os valores foram calculados com base no conceito do BCB de Consolidado Bancário I, que abrange todos os conglomerados compostos de pelo menos uma instituição do tipo Banco Comercial ou Banco Múltiplo com Carteira Comercial e Instituições Financeiras do tipo Banco Comercial, Banco Múltiplo com Carteira Comercial ou Caixa Econômica, que não integrem conglomerado.

GRÁFICO 5
Concentração do sistema bancário brasileiro operações de crédito e arrendamento mercantil - Brasil – dezembro de 2011



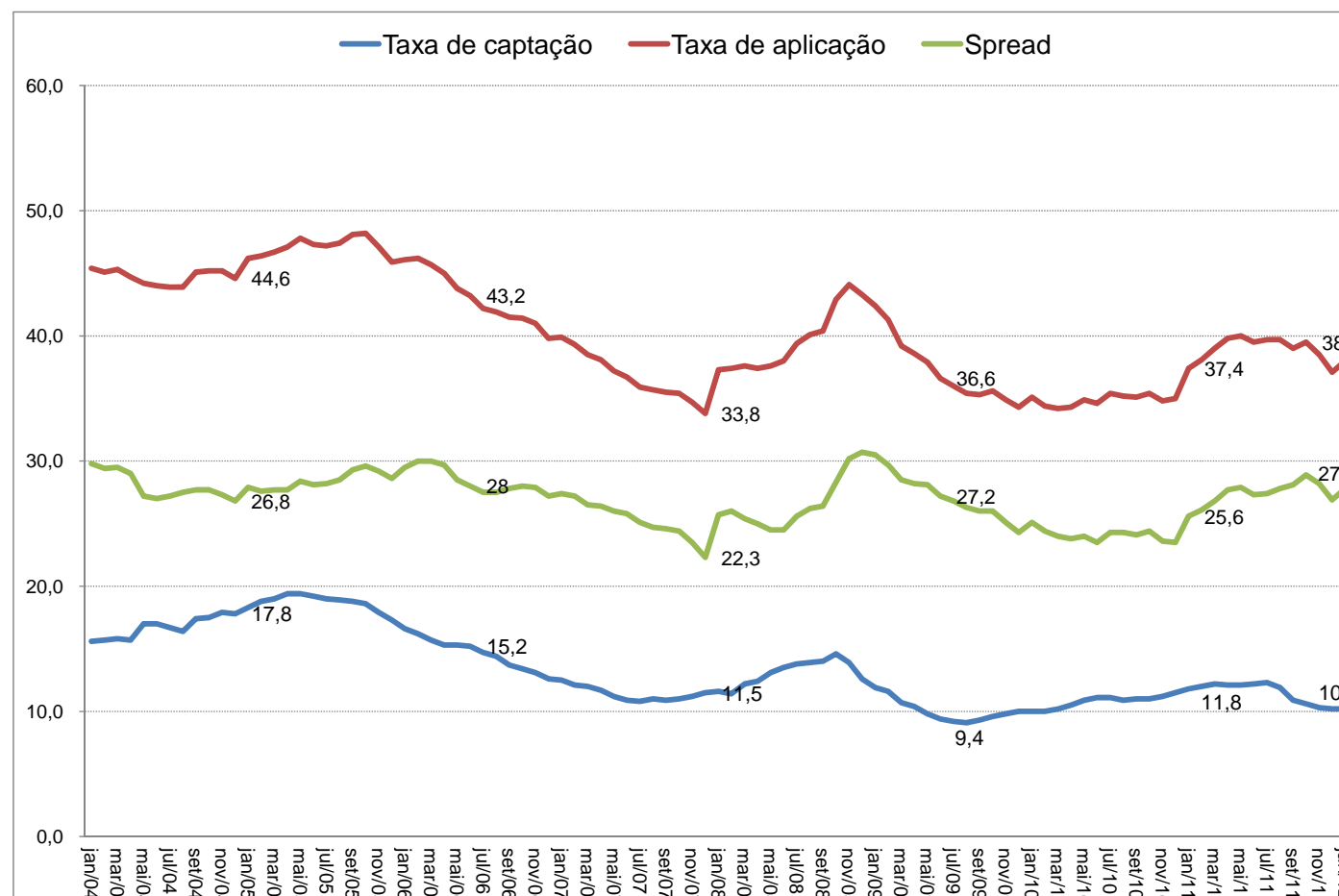
Fonte: Banco Central do Brasil
 Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

A decomposição do *spread*

Desde 1999, o Banco Central do Brasil (BCB) disponibilizou uma série de estudos sobre o sistema bancário, denominada “Juros e *Spread* Bancário”, em que são realizadas análises a respeito da evolução da taxa de juros praticada pelas instituições financeiras, a fim de identificar a estrutura e os determinantes do *spread*.

Spread é um termo em inglês usado para expressar a diferença entre o que o banco paga ao aplicador para captar um recurso e quanto cobra para emprestar esse mesmo dinheiro. Em janeiro de 2012, o *spread* situava-se em 27,8 p.p e, desde janeiro de 2004, variou entre 22 p.p e 30 p.p (Gráfico 6).

GRÁFICO 6
Evolução das taxas de aplicação, captação e do *spread* bancário
Brasil – janeiro de 2004 a janeiro de 2012



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Pela metodologia utilizada pelo BCB, a decomposição do *spread* consiste em cinco componentes fundamentais. São eles:

- 1) **Custos administrativos:** referem-se às despesas com a manutenção do processo produtivo das instituições financeiras, por exemplo, as vinculadas à remuneração do trabalho (salários, benefícios, treinamentos e encargos) e à utilização de recursos operacionais (comunicações, material de escritório, processamento de dados, propaganda e publicidade, seguro, vigilância, transporte, entre outros);
- 2) **Inadimplência:** recursos provisionados pelos bancos para possíveis perdas em virtude do não pagamento por parte dos tomadores de crédito no intuito de resguardar o patrimônio das

instituições financeiras. Este componente é estimado com base nas classificações de risco das categorias de empréstimo dos bancos e nas respectivas provisões mínimas⁴;

3) Compulsório + Subsídio Cruzado + Encargos Fiscais e Fundo Garantidor de Crédito (FGC): corresponde à parte relativa aos custos de recolhimento incorridos pelos bancos para manutenção de parte de seus recursos no BCB, aos custos referentes aos créditos direcionados, como habitacional e rural, por exemplo. Inclui também as despesas obrigatórias com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e os tributos incidentes sobre a concessão de crédito e os resultados auferidos nessas operações (Programa de Integração Social/PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social/Cofins);

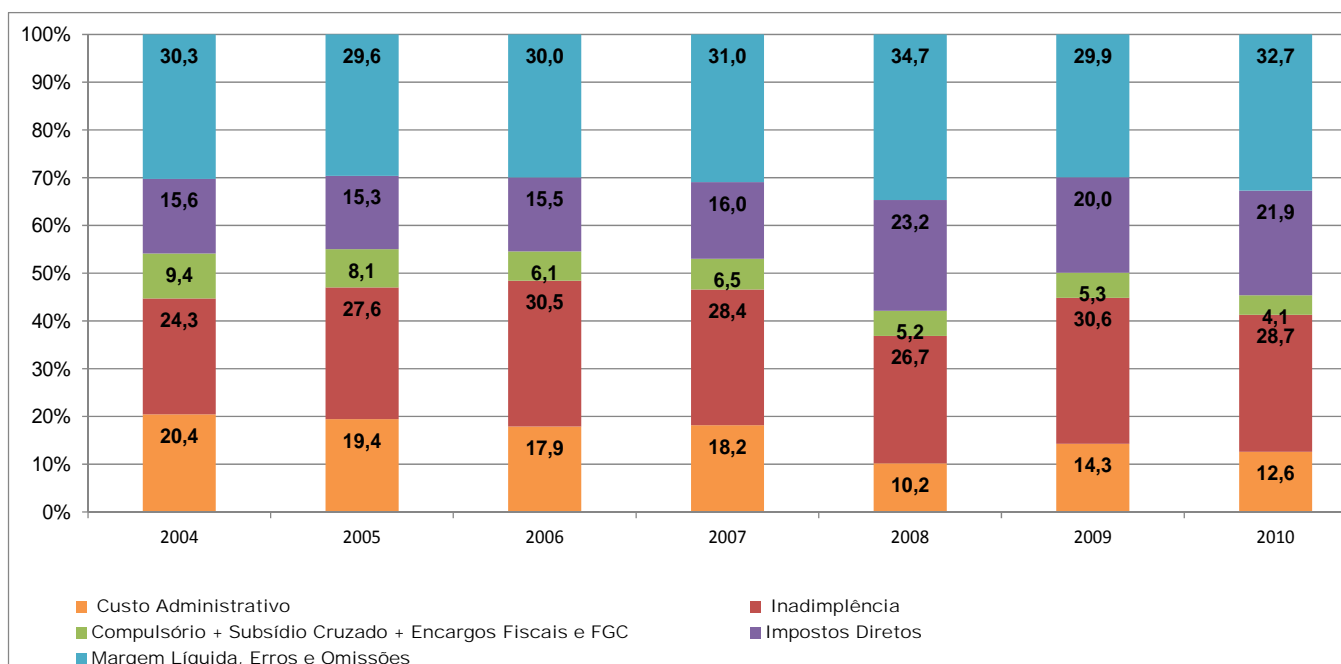
4) Impostos Diretos: inclui as despesas com Imposto de Renda (IR) e com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);

5) Margem Líquida, Erros e Omissões: diferença entre o resultado bruto e os componentes anteriores, isto é, neste item inclui o lucro líquido, os erros e as omissões de mensuração.

De acordo com o Gráfico 7, em 2010 (último dado disponibilizado no estudo do Banco Central), o *spread* bancário era composto por 32,7% de Margem Líquida, 28,7% de Inadimplência, 21,9% de Impostos Diretos, 12,6% de Custo Administrativo e apenas 4,1% de despesas referentes ao Compulsório, Subsídio Cruzado e Encargos Fiscais e FGC.

⁴ Segundo os parâmetros constantes da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

GRÁFICO 7
Evolução da decomposição do spread bancário
Brasil – 2004 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil
 Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

É interessante observar que o componente Margem Líquida, que inclui o lucro do banco, foi maior em 2008, com participação de, aproximadamente, 35% no *spread* total, mesmo considerando que o ano foi marcado pela eclosão da crise financeira internacional. Nos anos anteriores, o percentual era menor e girava em torno de 30%.

Em 2009, essa participação caiu, mas voltou a subir em 2010, com a recuperação da economia brasileira e a retomada do crescimento do crédito. Em suma, em 2010, a participação da margem líquida (lucro dos bancos na intermediação financeira) correspondeu a cerca de 1/3 do total do *spread* bancário e foi o maior dos componentes dele.

Por outro lado, as despesas relacionadas à inadimplência reduziram a participação entre 2009 e 2010 (de 30,6% passou para 28,7%). Em 2009, devido aos impactos da crise, os bancos aumentaram as provisões para créditos de liquidação duvidosa, percentual também muito próximo do verificado em 2006, 30,5%, que, segundo o BCB, foi reflexo do maior volume de crédito em atraso verificado naquele ano.

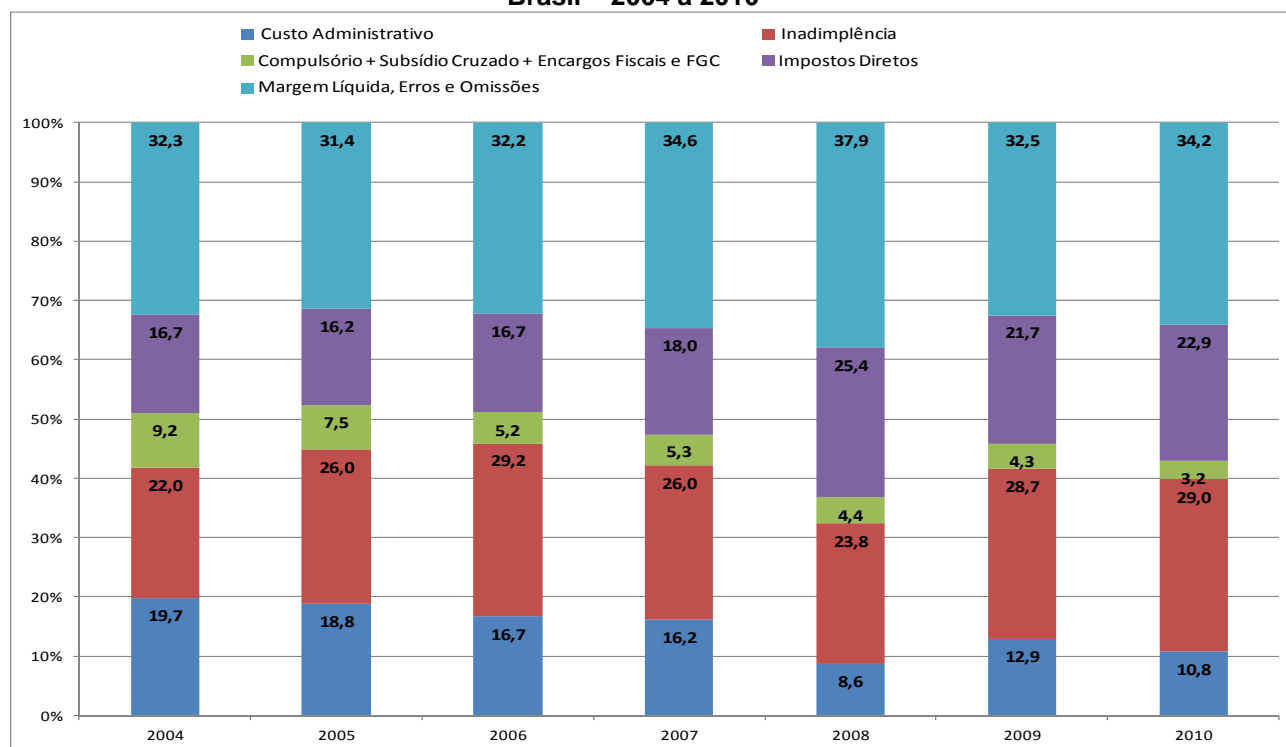
As despesas relacionadas aos Impostos Diretos aumentaram a participação na composição e também correspondem à parte importante na composição do *spread* (21,9% em

2010). Esta participação já foi menor nos anos anteriores a 2008 (em torno de 15% a 16%, entre 2004 e 2007).

Os Custos Administrativos, e aqui estão incluídas as despesas com pessoal, representaram somente 12,6% do total do *spread* em 2010. Esta participação já foi maior, uma vez que, em 2004, representava 20,4%. Vale lembrar que apenas as receitas oriundas de tarifas bancárias são suficientes para cobrir mais do que 100% das despesas de pessoal nos principais bancos atuantes no Brasil. Isso significa que as receitas de tarifas e prestação de serviços cobrem com folga as despesas de pessoal, sem comprometimento dos ganhos obtidos com a intermediação financeira.

O item de menor peso no total do *spread* relaciona-se ao conjunto dos custos com depósitos compulsórios, subsídios cruzados, encargos fiscais e do Fundo Garantido de Crédito (FGC), que apresentaram redução da proporção em mais da metade, no período analisado, passando de 9,1%, em 2004, para 4,1%, em 2010.

GRÁFICO 8
Evolução da decomposição do spread bancário nos bancos privados
Brasil – 2004 a 2010

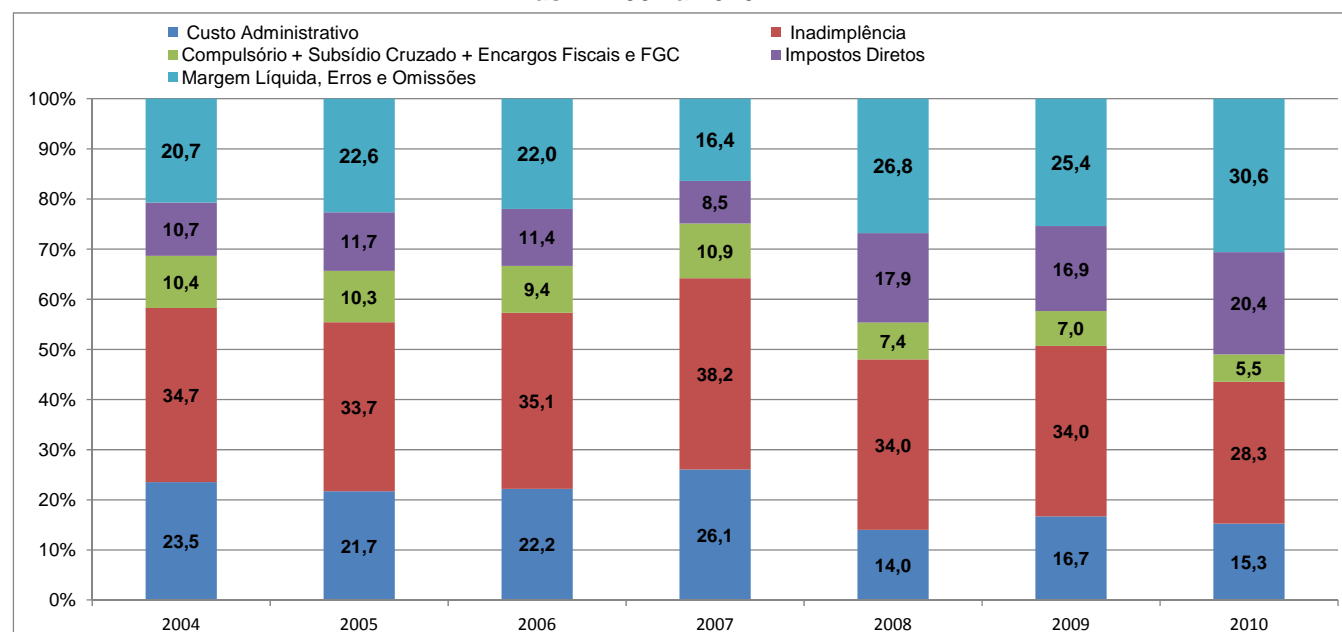


Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

Ao desagregar o *spread* nos bancos privados, percebe-se uma evolução muito semelhante à da decomposição do total dos bancos, com destaque para o aumento da componente Margem Líquida, dos Impostos Diretos e da redução dos Custos Administrativos (Gráfico 8).

No tocante aos bancos públicos (Gráfico 9), as informações do BCB explicitam importante redução da inadimplência que, em 2010, absorveu 28,3% do *spread*, em contraste com os dados observados desde 2004, sempre superiores a 33%. Por outro lado, a Margem Líquida apresentou, entre 2008 e 2010, a maior participação percentual, passando de 16,4%, em 2007, para mais de 30%, em 2010.

GRÁFICO 9
Evolução da decomposição do spread bancário nos bancos públicos
Brasil – 2004 a 2010



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE - Rede Bancários

As despesas com Impostos Diretos também assumem participação importante no *spread* nas instituições financeiras públicas, dobrando sua participação de 10,7% (2004) para 20,4% em 2010.

A partir das informações captadas pelo BCB, conclui-se que a composição do *spread* bancário brasileiro varia conforme a conjuntura econômica na qual se insere. Contudo, seja na análise dos *spreads* dos bancos privados seja dos públicos, verifica-se que a participação da Margem Líquida (lucro) e Inadimplência são relevantes, havendo, portanto, espaço para a redução da participação destes componentes no *spread* total.

As propostas da Caixa e BB: Programas Caixa Melhor Crédito e Bompratodos

Nos últimos meses, o governo federal tem declarado de forma veemente que não há justificativa técnica para o elevado nível do *spread* no Brasil e que é necessário fazer no país a discussão sobre a questão. Da mesma forma que ocorreu no período pós-crise, em que houve redução do nível de concessão de crédito das instituições financeiras, e atendendo a orientação governamental, os bancos públicos implementaram algumas mudanças.

O Banco do Brasil anunciou, em 5 abril, o Programa Bompratodos, e, em seguida, a Caixa Econômica Federal apresentou, no dia 09, o Caixa Melhor Crédito. Os dois abrangem um conjunto de medidas que reduzem de forma acentuada as taxas de juros das principais linhas de crédito, tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas (micro e pequenas empresas, especificamente). Segundo o governo, a intenção é pressionar os bancos privados a reduzirem as taxas de juros e, conseqüentemente, os *spreads*.

TABELA 1
Taxas de juros por modalidade de crédito –
Programa “Caixa Melhor Crédito” e Bompratodos

(em % a.m.)

Modalidade	Caixa		BB	
	Antes	Nova	Antes	Nova
Pessoa Física				
Cheque Especial	De 1,35% a 8,25%	De 1,35% a 4,27%	A partir de 1,97%	A partir de 1,38%
Cartão de Crédito	12,86%	2,85% ⁽¹⁾	De 3,96% a 13,62%	De 2,94% a 3% ⁽⁴⁾
Crédito Pessoal	5,40%	3,88% ⁽²⁾	-	-
Crédito Consignado	de 1,29% a 2,82%	de 1,20% a 1,95%	-	-
Crédito Consignado INSS	-	-	De 0,85% a 2,04%	de 0,79% a 1,80%
INSS (prazo de 1 a 6 meses)	0,84%	0,75%	-	-
INSS (prazo de 7 a 12 meses)	1,75%	1,40%	-	-
INSS (prazo de 13 a 60 meses)	2,14%	1,77%	-	-
Aquisição de Bens – Veículos	A partir de 1,19%	A partir de 0,89%	De 1,24% a 3,79%	De 0,95% a 2,65%
Pessoa Jurídica				
Capital de Giro	2,72%	0,94% ⁽³⁾	A partir de 0,99%	A partir de 0,96% ⁽⁵⁾
Descontos de cheques e duplicatas	1,72%	1,25%	A partir de 1,45%	A partir de 1,25%

Fonte: Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal

Nota: (1) Refere-se à taxa do Cartão de Crédito Azul para conta salário

(2) Refere-se à taxa do CDC Automático

(3) Refere-se à taxa do Giro Caixa Fácil

(4) Refere-se à taxa do Cartão de Crédito Pessoa Física e para aqueles que aderirem ao um dos pacotes de serviços BOMPRATODOS

(5) Refere-se à taxa do BNDES Capital de Giro Progerem

Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

De acordo com os dados da Tabela 1, aqui já contemplada a segunda diminuição anunciada pelos dois bancos, as reduções das taxas de juros mostram a determinação dos bancos públicos de realmente ganhar espaço no mercado de crédito e aumentar a competitividade em relação às instituições privadas. Os programas oferecem cortes significativos nas taxas para diversas modalidades de crédito. Na Caixa, por exemplo, a queda na taxa de juros do cartão de crédito foi de 88% na diferença anual, passando de 12,86% a.m. para 2,85% a.m. no crédito rotativo. No caso do Banco do Brasil, a taxa aplicada para aquisição de bens, como veículos, por exemplo, que variava entre 1,24% a.m. e 3,79% a.m. passa agora para 0,95% a 2,65% a.m.

A aposta destes bancos é ganhar escala, reduzindo as margens. O momento é oportuno, inclusive, para que os trabalhadores possam escolher em que banco o salário pode ser depositado.

Segundo dirigentes da Caixa, o banco ampliou a projeção de crescimento da carteira de crédito para R\$ 340 bilhões em dezembro de 2012, passando de 30% para 35% de variação. Em 2011, de acordo com o balanço, a carteira de crédito da Caixa havia crescido 42%, com destaque para os créditos imobiliários.

Já o Banco do Brasil projeta uma expansão de 17% a 21% nas operações de crédito em 2012 com as reduções dos juros, disponibilizando mais R\$ 43 bilhões para essa finalidade. Deste montante, R\$ 26,8 bilhões são em linhas para micro e pequenas empresas e R\$ 16,3 bilhões para pessoas físicas. Atualmente, o BB possui 55 milhões de correntistas, dos quais 13 milhões recebem salário pelo banco.

Após o anúncio dos programas dos bancos públicos, o Banrisul e, em seguida, os grandes bancos privados (Bradesco, Itaú-Unibanco, Santander e HSBC) anunciaram redução das taxas de juros.

Considerações finais

A primeira parte desta Nota Técnica demonstrou a importância de se realizar a redução das taxas de juros bancários no Brasil como forma de aumentar os investimentos, gerar emprego e renda, e fortalecer ainda mais o mercado interno na busca por um crescimento mais sustentado para o país, sobretudo diante de um cenário de instabilidade econômica internacional. Entretanto, algumas características do setor financeiro nacional, explicitadas na segunda parte do trabalho, como o mercado oligopolizado (baixa concorrência) e a elevada taxa de juros básica da economia (Selic), apontam algumas dificuldades para que isso de fato ocorra.

Nesse sentido, é importante que haja uma mudança na gestão da dívida pública brasileira, de maneira que as instituições financeiras que possuem grande quantidade de títulos da dívida (atualmente remunerados pela Selic) não disponham mais de alternativas de aplicação em ativos negociáveis com a vantajosa combinação de alta rentabilidade e baixíssimo custo. Dessa forma, os bancos poderiam, por exemplo, ampliar e direcionar as carteiras de crédito para o financiamento produtivo de longo prazo.

No que se refere à concentração de mercado, os bancos públicos assumem grande relevância, uma vez que há espaço para o aumento da concorrência com os bancos privados, especialmente num contexto de queda da taxa Selic. Em 2009, ano de forte retração do crédito privado, ficou muito claro o papel dos bancos públicos nesse sentido. O BB e a Caixa expandiram os empréstimos, diretamente ou mediante compra de carteiras de crédito, e aproveitaram o contexto de retração dos bancos privados para ampliar as fatias de mercado. Já no atual contexto de redução da taxa básica de juros, que implica perda de receita nas aplicações de títulos públicos, os bancos privados tenderão a reagir com a redução das taxas de juros imposta pela Caixa e o BB, tratada nesta Nota, devido ao risco de verem reduzidas suas participações no mercado.

Finalmente, vale destacar os dois componentes do *spread* que se mantiveram em proporções elevadas nos anos analisados: a Margem Líquida e a Inadimplência. Nos últimos anos, os bancos públicos e privados registraram lucros e *spreads* recordes, o que denota que há espaço para redução do componente Margem Líquida. A proposta em reduzir a proporção no *spread* não implica necessariamente na redução do lucro, mas em ganhos de escala, com maior volume de crédito e menor *spread*.

Em relação ao componente Inadimplência, vale lembrar que muitos clientes dos bancos estão inadimplentes pelo fato de que, como as taxas de juros e *spreads* praticados pelos bancos são reconhecidamente abusivos, muitos passam a enfrentar dificuldades na quitação das dívidas. A redução dos juros possibilitaria a renegociação das dívidas bancárias por taxas bem mais baixas das praticadas pelos bancos.

Em suma, a iniciativa recente do governo para reduzir os juros cobrados nos bancos públicos, ainda que seja uma ação pontual, tem papel central no estímulo à atividade econômica ao forçar a queda das taxas de juros e dos *spreads* nos bancos privados.

Referências Bibliográficas

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Economia bancária e crédito: avaliação de três anos do projeto juros e spread bancário no Brasil*. Brasília, DF, 2002, p.50.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de economia bancária e crédito*. Brasília, DF, anos 2000 a 2010.

BANCO DO BRASIL. *Programa BOMPRATODOS*. Disponível em: <http://www.bb.com.br/>

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Programa Caixa Melhor Crédito*. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br>

CRUZEIRO DO SUL CORRETORA. *Ranking de juros: 07/03/2012*. Disponível em: <http://blog.apregoa.com.br/wp-content/uploads/2012/03/rankingdejurosreais070312.pdf>

DIEESE. *Uma análise da margem de ganho dos bancos*. São Paulo, out. 2006. (Nota Técnica, 35).

FMI. *International financial statistics*. Disponível em: <http://elibrary-data.imf.org/FindDataReports.aspx?d=33061&e=169393>.

IPEA. *O nível da taxa básica de juros e o spread bancário no Brasil: uma análise de dados em painel*. Rio de Janeiro, fev. 2012. (Texto para Discussão).

PRATES, Daniela Magalhães. Bancos e ciclo de crédito: da estabilização à crise financeira. In: MARCOLINO, Luiz Cláudio; CARNEIRO, Ricardo (Orgs.). *Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira*. São Paulo: Publisher Brasil; Editora Gráfica Atitude, 2010.

TROSTER, Roberto Luis. *Spread bancário no Brasil: FEBRABAN*. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/spreadbancario0307c.pdf>.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Vice-presidente: Josinaldo José de Barros

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Secretário: Pedro Celso Rosa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Antônio de Sousa

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Equipe responsável**Rede Bancários**

Alex Leonardi

Barbara Vallejos Vasquez

Catía Uehara

Gustavo Cavarzan

Pedro Tupinambá

Vivian Machado de Oliveira Rodrigues

Revisão e crítica

Airton dos Santos